

Nunca mais um mundo sem nós povos indígenas, Brasília, Brasil, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 23 de junho de 2004.

Consultado em:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=431>

Fecha de consulta: 18/03/2014.

Um novo mundo é possível e necessário

Os assassinatos, neste início de 2003, dos índios Leopoldo Crespo (Kaingang - RS), Aldo da Silva Mota (Macuxi – RR) e Marcos Veron (Guarani-Kaiowá – MS) revelam a face mais cruel da realidade indígena em nosso país que vem se arrastando ao longo dos últimos 500 anos. Está na raiz desses assassinatos a histórica relação colonialista do Estado e da sociedade brasileira – agora já com a agravante da integração ao sistema do capitalismo neoliberal - para com nossos povos. A relação colonial e o sistema neoliberal estão marcados pela acumulação de bens (terra, capital, educação, saúde) para uns poucos e pela negação de direitos e pelos preconceitos para com os demais que se perpetuam até os dias de hoje.

O relato de nossas diversas delegações provenientes de todas as regiões do país, reunidas no III Fórum Social Mundial, traz a tona uma realidade assustadora, que teima em se reproduzir, apesar das conquistas que obtivemos através da luta nesses últimos 30 anos.

Tendo presente que somos os primeiros habitantes dessas terras e, por tanto, detentores de direitos originários, nós nos propomos enfrentar essa realidade perversa que se expressa pela:

Violência. Essa violência, movida pela ganância e pelo preconceito, se dirige contra nossas comunidades em luta pela reconquista de suas terras. Ela acontece de norte ao sul do país. Em Roraima, o assassinato de Aldo da Silva Mota, infelizmente, é apenas mais uma das tantas violências cometidas contra os povos Macuxi, Wapichana e Yanomami. A invasão das terras indígenas por fazendeiros, garimpeiros, militares e municípios, artificialmente

criados, e a ação antiindígena de autoridades locais, geram um permanente clima de terror na região.

Na Bahia, a morosidade na demarcação e garantia das terras indígenas deixa os índios Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe a mercê dos pistoleiros dos latifundiários e da repressão policial, responsáveis, em 2002, pelo assassinato de três índios.

Em Pernambuco, em 1998, o povo Xucuru teve seu líder Xicão assassinado a mando de fazendeiros. Estes continuam impunes até hoje. As principais lideranças indígenas da região estão ameaçadas de morte, ao mesmo tempo em que o povo sofre, junto com aliados, a perseguição dos órgãos policiais e da justiça local.

No Rio Grande do Sul, palco do Fórum Social Mundial na busca de um novo mundo, o assassinato de Leopoldo Crespo, reproduz a forma cruel e revoltante da morte de Galdino Jesus dos Santos, ocorrida em 1997, em Brasília.

No Mato Grosso do Sul, o povo Guarani-Kaiowá, confinado em parcelas ridículas de terra, sofre o suicídio cada vez mais freqüente de seus jovens e também a violência de fazendeiros, responsáveis pelo recente assassinato do índio Marcos Veron.

Lentidão. Nas ações de demarcação e garantia de nossas terras constata-se uma extraordinária lentidão, um dos principais motivos da violência contra nossos povos. Pela falta de vontade do Estado em assegurar, definitivamente, esse nosso direito histórico se revela no Decreto 1775, pelo qual os invasores são chamados a participar da definição dos limites; pelas intermináveis ações na justiça, mantendo na posse latifundiários em nossas terras; pela compra de terras dos territórios tradicionais afrontando nossa dignidade; por Grupos de Trabalho que não entregam os relatórios; pela alegada falta de recursos para reassentar os posseiros; pela pressão dos interesses antiindígenas que fazem com que o governo deixe de cumprir os atos administrativos como as portarias declaratórias dos limites e os decretos de homologação; pela demarcação de terras muito pequenas que não respeitam a posse tradicional.

Invasão. Nossas terras são invadidas por fazendeiros, garimpeiros, grandes projetos (hidrovias, barragens, militares, estradas), madeireiros, lixeiras públicas, eco-turismo, peixeiros, biopiratas, caçadores e aventureiros em busca do lucro fácil; somos prejudicados pela sobreposição de unidades de conservação em nossas terras e pela falta de fiscalização e conivência de autoridades com os invasores.

Agressão. O nosso meio ambiente é agredido através das monoculturas da soja, eucalipto, acácia, arroz e do uso indiscriminado de agrotóxicos no entorno e em alguns lugares no interior de nossas terras, enfraquecendo o solo, contaminando os animais e as águas e provocando doenças e óbitos nas comunidades.

Desrespeito. Os povos ressurgidos, que reassumem sua identidade indígena, são desrespeitados; para serem reconhecidos se deparam com a postura colonialista da Funai, submetendo-os a humilhantes estudos para aferir sua etnicidade.

Ameaça de extinção. Diversos grupos de Índios “livres” (isolados) na Amazônia que fogem, desesperadamente, das fazendas que avançam sobre seus territórios, notadamente, no Estado de Rondônia e sul do Amazonas, estão ameaçados de extinção.

Saúde. A atenção à saúde foi entregue a terceiros e aos municípios, através da frágil política de convênios com grande ênfase na medicina ocidental e enfraquecimento da medicina tradicional de nossos povos. A atenção específica e diferenciada, em muitos povos, foi água abaixo. Assistência é precária em muitas áreas, com comunidades sem equipes de profissionais, enfrentando problemas de desnutrição e alcoolismo e a falta de saneamento básico, a proliferação de doenças infecto-contagiosas, inclusive a AIDS, e recursos financeiros insuficientes. Na criação dos DSEIs, o governo não atendeu à essência da nossa proposta que previa a autonomia administrativa e financeira.

Educação. A educação escolar indígena, entregue aos Estados e Municípios, não contempla a realidade sócio-cultural de cada povo. Os programas de formação de professores, apesar da existência de recursos financeiros, não têm continuidade. Além da construção e

ampliação das escolas, se faz, em muitos casos, necessário seu reconhecimento e uma proposta curricular com calendário específico.

Migração. A falta de apoio em suas terras leva a migração de muitos índios para as cidades em busca melhores condições de vida. Estes, na cidade, enfrentam graves problemas, como a discriminação, falta de apoio no atendimento das necessidades básicas que, em casos extremos, leva à sobrevivência nas lixeiras das cidades.

Sustentabilidade econômica. A depredação dos recursos naturais pelos invasores, como a caça, a pesca, os frutos silvestres, os materiais da fauna e da flora usados na vida das aldeias, exigem que nossos povos procurem alternativas, muitas vezes, com grandes custos sociais e culturais. Ainda é notória a ausência de políticas, por parte do Estado, para o enfrentamento dessa questão. Essa depredação ambiental criou, em vários territórios indígenas, o problema de habitações.

Descaso do Estado. Existe o descaso do Estado em relação à consolidação dos nossos direitos conquistados na Constituição Federal e em Fóruns Internacionais. Esse descaso se manifesta em relação ao Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação no Congresso Nacional desde 1992, com sucessivas ameaças de retrocesso, e sem uma conclusão até hoje; na demora de 13 anos para a aprovação da Convenção 169 da OIT; na posição contrária do governo brasileiro à Declaração Universal dos Direitos Indígenas da ONU.

Essa realidade assustadora para nossos povos que retratamos, teima em se reproduzir, se não forem enfrentados a origem e a raiz desses problemas que residem na estruturas colonialistas e neoliberais do Estado que negam sistematicamente os nossos direitos de povos originários, as nossas instituições próprias, a garantia de nossos territórios, nossa autonomia e livre determinação, e alimentam um preconceito secular. Para este novo enfrentamento das causas que prejudicaram nossos povos indígenas, fazemos as seguintes considerações e propostas.

PROPOSTAS PARA UM MUNDO COM RESPEITO À DIFERENÇA, PAZ, E SEM VIOLÊNCIAS E IMPUNIDADE

O ano de 2003, que começou com três assassinatos de indígenas, começa também com esperança para os povos indígenas do Brasil e de outros países da América Latina. Nós, representantes de 32 povos indígenas do Brasil e México, presentes no III Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre - RS - Brasil, de 23 a 28 de janeiro de 2003, nos manifestamos diante dos seguintes fatos:

I - A pretensão do governo dos Estados Unidos de estender seus domínios sobre outros povos está à beira de levar a mais uma guerra que poderá ter desdobramentos imprevisíveis para todos os povos da Terra. Os povos indígenas, tanto quanto outras nações, serão novamente vítimas do imperialismo genocida. Por isso, repudiamos a política agressiva dos EUA contra os povos do Iraque e de outros países.

II - Consideramos indispensável que os governos formulem e executem políticas de combate a toda forma de discriminação e preconceito, para que os povos indígenas de todos os países sejam respeitados e possam viver dignamente, contribuindo com suas histórias e culturas para o bem estar de toda a humanidade.

III - Queremos, do novo governo brasileiro, o empenho sincero e imediato para punir todos que cometeram crimes contra os nossos povos e para por fim aos conflitos atuais, adotando, entre outras, as medidas até agora negadas pelos governos anteriores, como a demarcação, homologação e regularização de todas as nossas terras.

Em nossas discussões, por ocasião do III FSM, decidimos reafirmar as propostas apresentadas no II Fórum, realizado em 2002, acrescentando sugestões fundamentais para a viabilização do novo mundo que queremos:

1 - Propomos que os governos priorizem a discussão em torno da situação dos povos indígenas, buscando saídas concretas para aqueles povos que ainda não têm o direito aos seus territórios históricos e tradicionais garantidos em lei, bem como o direito a viver conforme suas tradições e costumes.

2. Na América Latina, o governo brasileiro passou a ter um papel de destaque e liderança. As populações indígenas ainda são excluídas do processo político, ficando sem representatividade e sem mecanismos que possibilitem participação na vida política de seus respectivos países - motivos pelos quais grupos econômicos de toda ordem investem contra seus territórios e seus patrimônios. Propomos que o governo brasileiro coloque a questão indígena nas agendas de discussão com os governantes de toda a América Latina como uma prioridade, de forma a se tornar exemplo para outros países de todo o mundo.
3. Que o governo nomeie pessoas com experiência, competência e responsabilidade para trabalhar com as questões indígenas - pessoas que venham se somar a nós para melhorar nossas vidas e não só atrapalhar e acabar com os povos indígenas.
4. Reparação dos danos causados aos povos indígenas, resultantes das políticas mercantilista e integracionista, bem como pelo projeto neoliberal, nos aspectos sociais, culturais, territoriais que afetam todos os povos indígenas no mundo.
5. Reafirmação da luta dos povos indígenas na construção, elaboração e aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas no Brasil.
6. Criação de Fóruns Continentais compostos por povos indígenas para fiscalizar, acompanhar e propor políticas mundiais para os povos indígenas, com apoio financeiro dos governos.
7. Exigimos a apuração de todos os crimes praticados contra lideranças e demais membros de comunidades e povos indígenas; que sejam punidos os responsáveis e indenizadas as famílias das vítimas, com o compromisso dos governantes de se estabelecer mecanismo de combate à violência e a impunidade.

8. Que os países do mundo reconheçam e respeitem os espaços territoriais dos povos indígenas, necessários e indispensáveis à sua sobrevivência física, social e cultural, segundo suas tradições e costumes.

Por ocasião do III Fórum Social Mundial, nos sentimos desafiados a estreitar os laços com os povos indígenas do continente, socializando nossas lutas, sonhos e esperanças, e reafirmamos nosso compromisso de continuar somando como atores, com nossas experiências históricas, com todos aqueles que estão construindo o novo mundo possível e necessário.

Nunca mais um mundo sem nós, os povos indígenas

Porto Alegre, FSM, janeiro de 2003

Povos indígenas Aranã, Canoé, Galibi, Guajajara, Kaiaby, Kaingang, Karajá, Karipuna, Krahô Kanela, Krenak, Macuxi, Mundurucu, Tembé, Pacas Novas, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hã, Tapajó, Tapuia, Wapixana, Xakriabá, Xavante, Karitiana, Xukuru, Tumbalalá, Xokó, Geripankó e Guarani, Xucuru Cariri, Xokleng, Gavião, Mixe, Tseltal